



Nota Técnica

Número 123– abril 2013

Um novo cenário para o setor financeiro no Brasil

DIIESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Um novo cenário para o setor financeiro no Brasil

Introdução

Em abril de 2012 teve início, de forma mais clara, o desenho de um novo cenário para o setor financeiro no Brasil. Na ocasião, o governo federal manifestou sua insatisfação com os níveis elevados das taxas de juros praticadas no país, enxergando nesta variável um dos obstáculos à continuidade do processo de crescimento e desenvolvimento econômico, na medida em que o alto custo do dinheiro impediria decisões de investimento das empresas e de consumo das famílias.

A avaliação, naquele momento, foi que os *spreads* bancários – diferença entre a taxa de empréstimo do banco e o custo de captação, ou seja, a margem de ganho bruto dos bancos - no Brasil estariam em patamares muito superiores aos praticados internacionalmente e que não haveria nenhuma justificativa técnica para isso. Na verdade, essa situação seria fruto da extrema concentração do setor bancário brasileiro, onde apenas seis bancos detêm mais de 80% do mercado, e da elevada taxa básica de juros que acaba determinando um patamar mínimo de valorização do capital, empurrando as demais taxas para cima¹.

A partir deste diagnóstico o governo federal acionou os dois grandes bancos públicos federais para iniciarem um movimento de redução de suas taxas, na expectativa de que os bancos privados os acompanhassem para não para que não perdessem mercado.

De agosto de 2011 em diante, o Comitê de Política Monetária (Copom) passou a reduzir a taxa básica de juros da economia (Selic), que atingiu o menor nível histórico em outubro de 2012, quando foi fixada em 7,25%². Sabe-se que as instituições financeiras são as principais credoras da dívida pública federal, em parte corrigida pela taxa Selic, e, portanto são afetadas pela menor rentabilidade dos títulos públicos e dos depósitos compulsórios, que também são remunerados, em parte, pela Selic.

Finalmente, existe uma terceira variável que completa este novo cenário do setor financeiro, a saber, as tarifas bancárias. Ao longo de 2012, percebeu-se uma tentativa de os bancos compensarem possíveis perdas de rentabilidade com a elevação de tarifas, em função da redução de juros. Novamente, a ação do governo foi anunciar a redução no valor de tarifas nos bancos públicos, em outubro de 2012, na expectativa de que as instituições privadas também seguissem esse movimento.

Esta Nota Técnica busca avaliar a nova conjuntura do setor financeiro no Brasil a partir de mudanças em três pilares fundamentais das fontes de receitas das empresas do setor: *juros, ganhos*

¹ Sobre este assunto ver DIEESE. Nota Técnica 109: *Spread e juros bancários*. Abril de 2012.

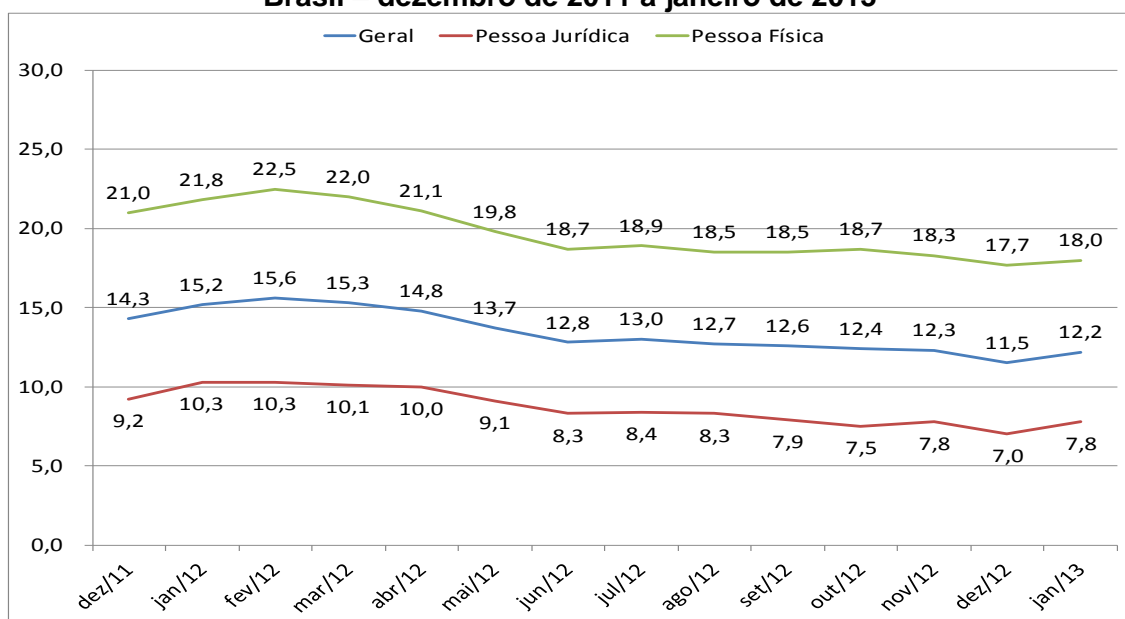
² Depois de um período de estabilidade, a taxa Selic voltou a ser aumentada dia 17 de abril, na reunião do Copom,

provenientes de aplicações indexadas à Selic (operações compulsórias e títulos mobiliários, em especial) e tarifas. Pretende-se traçar as possíveis respostas do setor ao novo cenário e as consequências para os atores sociais envolvidos, inclusive os trabalhadores bancários.

A queda nos juros e spreads bancários: primeiros resultados

O Banco do Brasil anunciou, em 5 abril de 2012, o Programa Bompratodos, e, em seguida, a Caixa Econômica Federal apresentou o Caixa Melhor Crédito. Os dois programas previam reduções em diversas taxas de juros para pessoas físicas e jurídicas. Em seguida, os maiores bancos privados anunciaram que também iriam cortar suas taxas de juros. Em “Nota de Política Monetária e Operações de Crédito” divulgada em 26 de fevereiro de 2012, o Banco Central apontou os resultados de tais medidas: o *spread* geral da economia brasileira caíra 3,1 pontos percentuais (p.p.), entre março de 2012 e janeiro 2013, passando de 15,3 p.p. para 12,2 p.p. Nas linhas de crédito pessoa jurídica, a queda havia sido de 2,3 p.p. e, para pessoa física, o *spread* recuara 4,0 p.p. no mesmo período³. (Gráfico 1)

GRÁFICO 1
Evolução do Spread Bancário
Brasil – dezembro de 2011 a janeiro de 2013



Fonte: Banco Central do Brasil
Elaboração: DIEESE – Rede Bancários

³ A partir da Nota para a Imprensa de Política Monetária e Operações de Crédito publicada pelo Banco Central do Brasil no dia 26 de fevereiro de 2013, houve uma mudança na metodologia de cálculo nas estatísticas de crédito e, portanto, alterações nos valores do *spread* realizados mensalmente pela instituição. Antes, segundo o BCB, era considerado para o cálculo apenas o crédito referencial para taxas de juros; a partir da mudança, passam também a ser consideradas as informações referentes às operações de crédito consignado e de crédito habitacional, por exemplo, o que reduziu os valores do *spread*. Na Nota Técnica nº 109, elaborada pelo DIEESE, os valores seguiam o padrão anterior de cálculo do BCB.

Vale ressaltar que, apesar da queda observada, o *spread* geral da economia brasileira continua extremamente elevado quando comparado ao padrão internacional. Na Argentina, no Chile, no México, na África do Sul, na China, na Rússia, por exemplo, os *spreads* se situam entre 3 e 4 pontos percentuais ao ano, ante 12,2 p.p. no Brasil.

É importante analisar os dados sobre juros e *spreads* por instituição financeira e por linha de crédito. Nas Tabelas 1 e 2 constam as taxas de juros médias praticadas pelos seis maiores bancos atuantes no país, entre abril e novembro de 2012, para algumas linhas de pessoa física e jurídica. Para as três linhas de pessoa física pesquisadas, pode-se observar que os bancos públicos – Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil – reduziram as taxas de juros de forma mais intensa que os bancos privados. As taxas mensais do cheque especial, por exemplo, caíram 47% na Caixa e 39% no BB, enquanto a redução nos privados chegou, no máximo, a 5% no período. Nas linhas de crédito pessoal e aquisição de veículos, as maiores reduções nas taxas de juros também foram observadas nos bancos federais, ainda que, nestes casos, a diferença em relação aos bancos privados tenha sido menor. (Tabela 1)

TABELA 1
Taxas de Juros Pessoa Física por instituição financeira e por linha de crédito entre abril de 2012 e janeiro de 2013 (% ao mês)

Banco	Cheque Especial			Crédito Pessoal			Aquisição de Veículos		
	início de abril	início de janeiro	Variação no período	início de abril	início de Janeiro	Variação no período	início de abril	início de Janeiro	Variação no período
Banco do Brasil	8,65	5,28	-39%	2,70	2,11	-22%	1,70	1,18	-31%
Caixa Econômica	8,04	4,28	-47%	2,41	1,68	-30%	1,85	1,25	-32%
Bradesco	8,78	8,37	-5%	4,92	4,07	-17%	1,73	1,33	-23%
Itaú Unibanco	8,87	8,4	-5%	4,16	3,61	-13%	1,84	1,4	-24%
Santander	10,31	10,37	1%	3,53	2,89	-18%	1,73	1,31	-24%
HSBC	10,14	9,76	-4%	4,44	3,99	-10%	1,69	1,36	-20%

Fonte: Banco Central do Brasil

Elaboração: DIEESE – Rede Bancários

Nota: O HSBC não disponibilizou os dados sobre juros para “Aquisição de veículos” no início de janeiro

Para as linhas de crédito à pessoa jurídica, observa-se o mesmo padrão de maior queda nos bancos públicos. Para os juros de desconto de duplicata, por exemplo, as reduções chegaram a 21% no BB e 35% na Caixa, enquanto nos privados a queda situou-se entre 6% e 13%. Para capital de giro, as taxas de juros nas instituições financeiras privadas caíram cerca de 20%, enquanto a redução foi de 29% no BB e 44% na Caixa. Não foi possível analisar a linha de crédito “conta garantida”, pois a CEF não disponibilizou suas taxas ao Banco Central. (Tabela 2).

TABELA 2
Taxas de juros Pessoa Jurídica por instituição financeira e por linha de crédito
Brasil - Abril de 2012 e janeiro de 2013 (% ao mês)

Banco	Desconto de Duplicata			Capital de Giro pré-fixado			Conta Garantida		
	início de abril	início de janeiro	Variação no período	início de abril	início de janeiro	Variação no período	início de abril	início de janeiro	Variação no período
Banco do Brasil	2,23	1,47	-34%	1,77	1,15	-35%	5,71	4,78	-16%
Caixa Econômica	2,43	1,59	-35%	1,84	1,01	-45%	n.d.	n.d.	-
Bradesco	3,37	2,88	-15%	2,50	1,9	-24%	3,75	3,14	-16%
Itaú Unibanco	2,93	2,42	-17%	1,94	1,49	-23%	7,52	7,09	-6%
Santander	2,69	2,27	-16%	1,94	1,4	-28%	8,27	7,97	-4%
HSBC	2,49	2,33	-6%	1,98	1,93	-3%	9,20	8,8	-4%

Fonte: Banco Central do Brasil

Elaboração: DIEESE – Rede Bancários

Nota: A Caixa Econômica Federal não disponibilizou os dados sobre juros para “Conta Garantida”

No início do processo de redução de juros desencadeado pelos bancos públicos, argumentava-se que as instituições financeiras não necessariamente perderiam rentabilidade, já que existia no Brasil uma grande margem para crescimento das operações de crédito. Isso porque, a relação crédito/Produto Interno Bruto (PIB), no país, se encontra em patamares inferiores ao padrão observado nos países capitalistas mais desenvolvidos e, também, porque existe uma enorme parcela da população brasileira sem acesso a serviços bancários e com condições de acessar crédito, devido ao aumento do nível de emprego e renda observado nos últimos anos. Dessa forma, os bancos precisariam mudar a estratégia de negócios, passando a ganhar menos na rentabilização de cada operação e mais no volume de operações.

De fato, entre março de 2012 e janeiro de 2013, a relação crédito/PIB elevou-se, passando de 49,2% para 53,2%. No entanto, é importante salientar que esse crescimento se deu, basicamente, em função do aumento das operações de crédito nos bancos públicos.

A Tabela 3 apresenta a relação crédito/PIB, em março de 2012 e janeiro de 2013, de acordo com a natureza da instituição financeira.

TABELA 3
Relação Crédito/PIB segundo o controle de capital da Instituição Financeira
Brasil - Março de 2012 e janeiro de 2013

Tipo de Instituição Financeira	mar/12	jan/13	Variação
Instituições financeiras estrangeiras	8,5%	8,6%	+0,1 p.p
Instituições financeiras privadas nacionais	19,1%	19,0%	-0,1 p.p
Instituições financeiras públicas	21,6%	25,6%	+3,9 p.p
Total	49,2%	53,2%	+3,9 p.p

Fonte: Banco Central do Brasil

Elaboração: DIEESE – Rede Bancários

De modo geral, no período analisado, a relação crédito/PIB no Brasil elevou-se em 3,9 p.p. A participação das instituições financeiras estrangeiras cresceram 0,1 p.p. e as instituições privadas nacionais tiveram sua participação reduzida em 0,1 p.p. Ou seja, pode-se dizer que praticamente toda a elevação das operações de crédito como proporção do PIB foi consequência da expansão das

atividades das instituições públicas. De fato, de acordo com dados do Banco Central, pode-se observar que as operações do sistema financeiro público apresentaram crescimento de 28,2% em 12 meses. No mesmo período, as operações do sistema financeiro privado nacional e das instituições estrangeiras cresceram apenas 6,7% e 8,5%, respectivamente. Esta tendência é confirmada pelos dados das demonstrações financeiras dos bancos, conforme a Tabela 4.

TABELA 4
Crescimento da Carteira de Crédito dos Bancos
Brasil - dez/2011 e dez/2012

(em R\$ milhões)

Banco	dez/11	dez/12	Variação
Banco do Brasil	465.092	580.799	24,9%
Caixa Econômica Federal	249.549	353.740	41,8%
Bradesco	345.724	385.529	11,5%
Itaú Unibanco	345.483	366.285	6,0%
Santander	210.522	227.392	8,0%
HSBC	58.299	58.343	0,1%

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos
Elaboração: DIEESE – Rede Bancários

Conclui-se, portanto, que as reduções nas taxas de juros bancárias, desde abril de 2012, concentraram-se, principalmente, nos bancos públicos, ainda que um movimento de cortes bem menos acentuado tenha ocorrido, também, nos privados. Parece haver, nas instituições públicas, uma aposta mais efetiva no crescimento das operações de crédito como forma de manter os níveis de rentabilidade. Além de novos créditos, observou-se um forte movimento de migração de créditos de bancos privados para os públicos, através da portabilidade. Este ponto foi destacado pelo Banco Central no Relatório de Estabilidade Financeira, publicado em setembro de 2012, conforme citação abaixo.

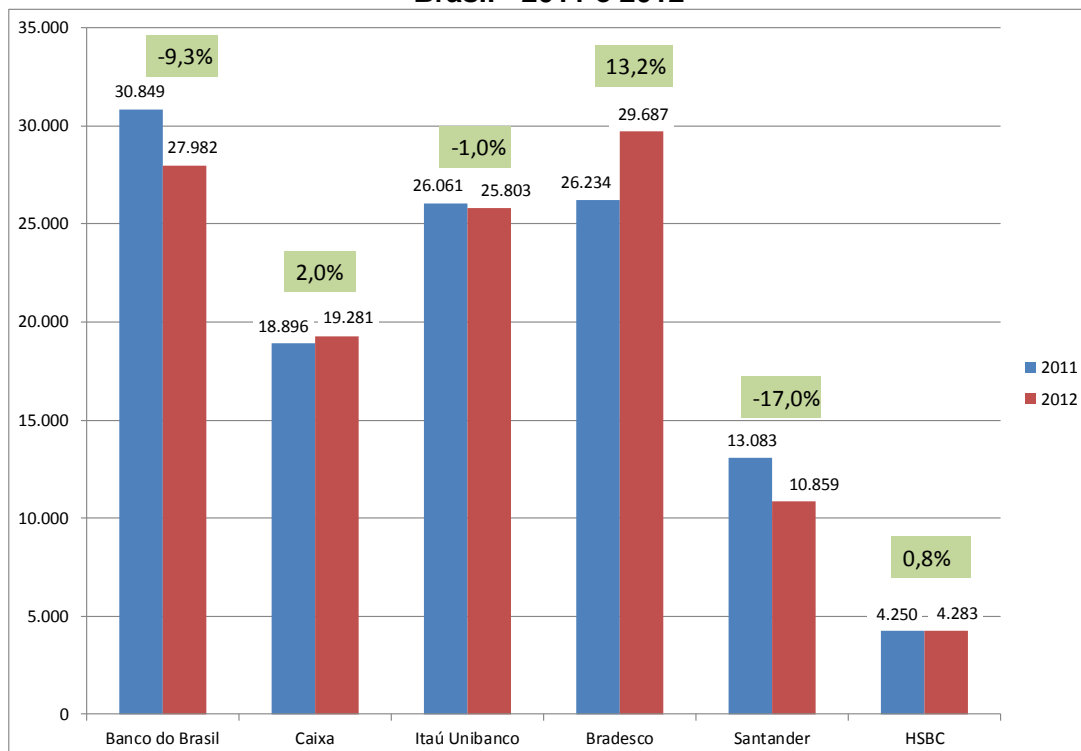
*“As condições do semestre, especialmente o cenário de redução nas taxas de juros, foram determinantes para a evolução da portabilidade de crédito, que consiste na possibilidade de o cliente transferir as suas dívidas para outra instituição. No período, tanto a quantidade de operações transferidas quanto o volume portado estiveram perto dos maiores valores até hoje registrados, com indicação de continuidade no movimento ao longo dos próximos meses. Esse processo é salutar, na medida em que aumenta a concorrência entre as instituições, com potencial impacto na redução de taxas e, conseqüentemente, na capacidade de pagamento das empresas e das famílias. Como esperado, as instituições públicas, que reduziram suas taxas de juros de forma mais significativa, foram as que mais receberam créditos portados de outras instituições.” (Banco Central. **Relatório de Estabilidade Financeira**, p. 20)*

Desta forma, renova-se a expectativa de que os bancos privados possam acentuar a redução nas taxas de juros nos próximos meses, com o intuito de não perder parcelas maiores de mercado para os bancos públicos, como ocorreu recentemente.

O impacto da queda da Taxa Selic

Em agosto de 2011, o Copom iniciou um processo gradual de redução da Taxa Selic. Desde então, em 11 reuniões a taxa caiu de 12,5% ao ano para 7,25% ao ano, o menor patamar já verificado. A queda da Selic é importante para a economia brasileira porque, entre outros motivos, aumenta a atratividade de investimentos produtivos e libera recursos públicos antes destinados a pagamento do serviço da dívida. Na medida em que cai a taxa de juros básica é menor a transferência de recursos da sociedade para os detentores de riqueza financeira⁴. De acordo com dados do Tesouro Nacional, as Instituições Financeiras são as principais detentoras dos títulos públicos federais com 29,5% de participação⁵.

GRÁFICO 02
Resultado de Títulos e Valores Mobiliários por banco
Brasil - 2011 e 2012



Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos
Elaboração: DIEESE – Rede Bancários

⁴ Sobre este assunto ver DIEESE. Nota Técnica 111: **Juros, Rentismo e Desenvolvimento**. Junho de 2012.

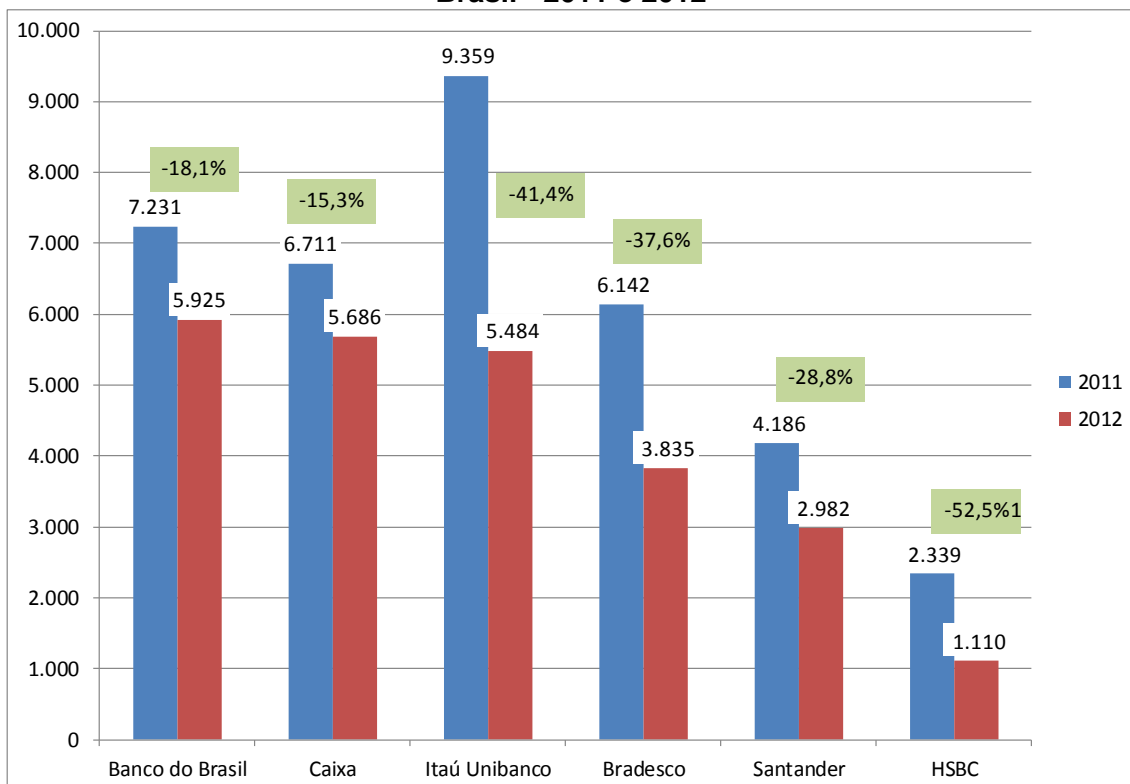
⁵ TESOURO NACIONAL. Relatório Mensal da Dívida Pública Federal. Novembro de 2012.

Ou seja, os bancos detêm, em seus ativos, um volume importante de títulos públicos que geram receita na conta de resultados com títulos e valores mobiliários (TVM). Conforme cai a rentabilidade dos títulos públicos atrelados à taxa Selic, tendem a diminuir as receitas das instituições financeiras vinculadas a estes ativos. Sem dúvida, o impacto é diferenciado em cada banco, de acordo com a composição de sua carteira de aplicações, mas os dados de 2012 mostraram que, em relação a 2011, os resultados de TVM, com exceção do Bradesco, caíram ou se estabilizaram nos principais bancos atuantes no país, conforme mostra o Gráfico 2.

Há, ainda, outra fonte de receita dos bancos que está sendo afetada pela queda na Taxa Selic: os depósitos compulsórios. São os recolhimentos obrigatórios de recursos que as instituições financeiras realizam junto ao Banco Central com a finalidade de controlar a liquidez da economia e proporcionar estabilidade ao sistema financeiro. Estes recursos, ainda que não possam ser usados pelos bancos em operações ativas, não ficam sem remuneração, pois uma parte dos depósitos compulsórios é remunerada pela Selic.

Devido à redução da taxa básica de juros da economia e do depósito compulsório, a fim de elevar a oferta de crédito, as receitas das instituições financeiras com aplicações compulsórias também apresentaram recuo em 2012, em relação a 2011 (Gráfico 3).

GRÁFICO 3
Resultado de Aplicações Compulsórias por banco
Brasil - 2011 e 2012



Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos
Elaboração: DIEESE – Rede Bancários

Ou seja, a queda na Taxa Selic tende a reduzir, num primeiro momento, os ganhos financeiros de curto prazo, alta rentabilidade e baixo risco, que asseguraram, por muitas décadas, os elevadíssimos ganhos dos bancos no país. Com isso, os bancos terão que repensar sua forma de atuação, a fim de manter seus atuais níveis de rentabilidade.

A questão das tarifas bancárias

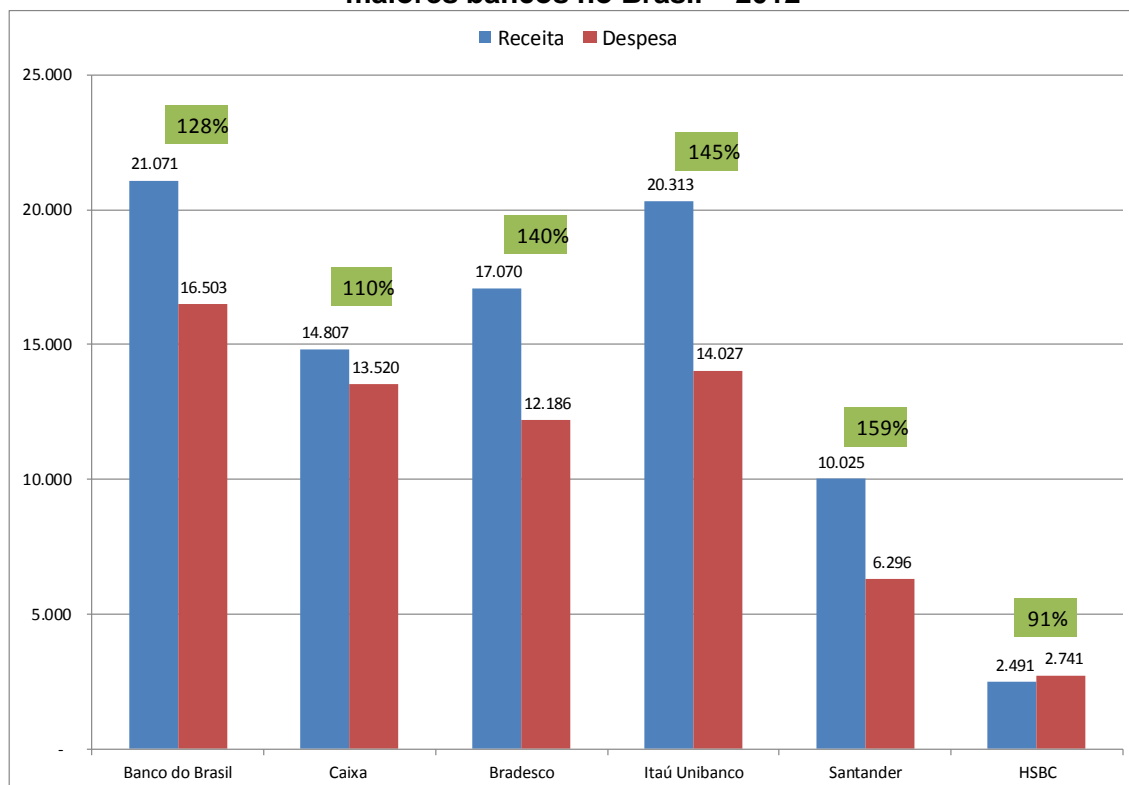
Na medida em que os bancos anunciavam os pacotes de redução de taxas de juros, outro item da receita das instituições financeiras passava a despertar atenção: as tarifas bancárias. Ao longo de 2012, órgãos de defesa do consumidor, como o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec)⁶, apontaram, em suas pesquisas, a possibilidade de os bancos estarem realizando uma espécie de compensação da queda dos juros com elevação nas tarifas bancárias. O caso do Banco do Brasil parece ilustrativo, na medida em que para ter acesso às novas taxas de juros previstas no programa “Bompratodos”, o cliente teria que aderir a um novo pacote de tarifas, cujo valor, muitas vezes, era mais elevado que o anteriormente contratado.

Diante disso, novamente, os bancos públicos foram acionados para iniciar um processo de redução de tarifas, com o objetivo de forçar a queda dos valores praticados pelos seus concorrentes privados. O Banco do Brasil, em 15/10/2012, iniciou este movimento e anunciou a redução de tarifas e preços de pacotes em até 34%. Entre os serviços que tiveram as tarifas reduzidas estão: abertura de contas, emissão de cheques, realização de saques, depósitos, consultas, transferências de recursos, transferências por TED/DOC e entre contas na própria instituição, ordens de crédito e emissão de cartões de crédito. Em seguida, a Caixa Econômica Federal também reduziu uma série de tarifas em até 25% e o Itaú Unibanco foi o único banco privado, até o momento, a anunciar redução em 15 tarifas de serviços prioritários para pessoas físicas e oito para empresas. Segundo o banco, os percentuais de redução chegam a 32,5%.

Se a efetividade de tais medidas se confirmar, um item importante das receitas dos bancos poderá ser afetado. Nesse caso estão as receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias. Em 2012, este item da receita dos seis maiores bancos atuantes no país chegou a R\$ 86 bilhões, com crescimento de 12,7% em relação ao mesmo período de 2011. O montante significativo de tais receitas pode ser mais bem compreendido quando comparado com o total de despesas de pessoal dos bancos. A arrecadação com tarifas bancárias cobre entre 91% e 159% das despesas de pessoal nas maiores instituições financeiras, conforme o Gráfico 4.

⁶ IDEC. Disponível em: <http://www.idec.org.br/em-acao/em-foco/enquanto-juros-caem-pouco-tarifas-dos-servicos-compensam-ganho-dos-bancos>. Acesso em 18/12/2012.

GRÁFICO 4
Cobertura das Despesas de Pessoal pelas Receitas de Prestação de Serviços nos seis maiores bancos no Brasil – 2012



Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos
 Elaboração: DIEESE – Rede Bancários

Esses dados permitem concluir que apesar de as tarifas serem uma fonte secundária de receitas das instituições financeiras representam um percentual importante da receita total dos bancos e, caso o movimento de redução de tarifas se confirme e se aprofunde, este será mais um elemento a ser levado em conta pelos bancos no momento de traçar suas estratégias de ação diante do novo cenário de juros mais baixos.

Como poderão reagir as Instituições Financeiras?

A efetividade e a intensidade das mudanças em curso ainda são incertas. É necessário monitorar a queda dos juros nos bancos privados, ainda muito tímidas ao longo de 2012. O mesmo vale para as tarifas bancárias. Além disso, é preciso observar as consequências do comportamento do Copom com relação à taxa Selic, que começou a ser alterado na última reunião (dia 17 de abril). No entanto, é certo que todas essas possibilidades estão colocadas de forma consistente e podem estabelecer um novo padrão operacional para o setor. Como, então, as empresas do setor irão reagir?

A redução do custo do dinheiro é, certamente, uma medida fundamental para o crescimento da economia brasileira, na medida em que o orçamento das famílias e empresas ficará menos comprometido com o pagamento de dívidas e haverá mais recursos para investimentos produtivos e

consumo de bens e serviços. Este novo cenário gera, no entanto, a necessidade de as instituições financeiras modificarem sua forma de atuação, visto que três fontes de receitas – juros bancários, Selic e tarifas – estão sofrendo e sofrerão reduções expressivas.

Os representantes de bancos têm se manifestado na imprensa a respeito dessas mudanças e a análise do discurso empresarial indica os possíveis caminhos a serem percorridos pelos bancos daqui para frente. Uma primeira visão, externada pelos presidentes do Bradesco, da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil, avalia de forma positiva a redução de juros e eles dizem acreditar que existem condições objetivas na economia brasileira para que isso ocorra⁷.

O crescimento intenso de regiões mais pobres do Brasil, a força do mercado interno, a melhoria de renda das classes sociais mais baixas e a elevação do nível de emprego formal são vistos como fatores que permitem expandir o crédito e incluir milhões de pessoas no mercado bancário, nos próximos anos. O déficit habitacional no Brasil, por exemplo, é visto pelo Bradesco, como uma possível fonte de crescimento do crédito, já que o crédito imobiliário deve triplicar nos próximos 10 a 15 anos. Os segmentos de seguros e previdência privada também são apontados como nichos de mercado importantes para os bancos, nos próximos anos.

Em artigo publicado no Jornal “Valor Econômico” em 21 de agosto de 2012, a Caixa Econômica Federal destaca a viabilidade de reduzir as taxas e tarifas cobradas e, em contrapartida, elevar o volume de crédito e a base de clientes, mantendo os níveis de retorno do banco. Destaca ainda que a estratégia de expandir fortemente o crédito pode contribuir para reduzir a inadimplência, na medida em que os juros reduzidos comprometem menos o orçamento dos tomadores de crédito que, assim, conseguem pagar suas dívidas.

Segundo o jornal “Folha de São Paulo”, o Banco do Brasil segue raciocínio similar e destaca que, com a redução dos juros, o banco pretende ganhar no volume de operações e na baixa inadimplência. Destaca ainda que a redução dos juros elevará a demanda por crédito por tomadores que antes eram afugentados pelo alto custo, principalmente pequenas e médias empresas. Além do ganho em volume, a compensação pela queda nos *spreads* deve ocorrer, de acordo com o BB, com o aperfeiçoamento da oferta de produtos e serviços aos clientes.

O Banco do Brasil indica outra frente de atuação dos bancos nos próximos anos, isto é, a melhoria do chamado “índice de eficiência”, que é a relação entre despesas e receitas. Ou seja, elevar a eficiência dos bancos significa obter rendimentos iguais ou maiores com uma estrutura de custos menor. É o caso dos terminais de autoatendimento, que poderiam ser compartilhados entre diferentes bancos, reduzindo-se, assim, os custos de operação.

⁷ Sobre as visões expressas pelos presidentes destas instituições ver: O FIM DA ERA DOS JUROS ALTOS. **Revista Carta Capital**. Entrevista com Luis Carlos Trabuco. Outubro de 2012. & HEREDA, Jorge. Acreditar no Brasil é um Bom Negócio. **Valor Econômico**. Edição de 21/08/2012. & MERCADO TERÁ DE CAIR NA REALIDADE DOS JUROS BAIXOS. **Folha de São Paulo**. Entrevista com Aldemir Bendine. Outubro de 2012.

O Itaú Unibanco, por sua vez, preconiza, há mais tempo, a necessidade de melhorar a eficiência, mesmo antes das medidas de redução de juros. Em matéria publicada na Revista Exame, em junho de 2011, o Banco Itaú cita a piora do índice de eficiência do banco após a fusão com o Unibanco e, para reverter o quadro, propunha uma série de ajustes já em curso, inclusive a demissão de trabalhadores⁸. De fato, entre março de 2011 e dezembro de 2012, o Itaú Unibanco reduziu em 13.699 o número de empregados no Brasil, passando de 104.022 para 90.323 trabalhadores. Outras instituições financeiras vêm reduzindo o quadro de funcionários, como o Santander que demitiu muitos trabalhadores no Brasil, principalmente nos últimos meses de 2012. De um modo geral, entre janeiro e dezembro de 2012, o setor bancário reduziu em 85,3% a geração de empregos em relação ao mesmo período de 2011⁹.

No XXII Congresso e Exposição de Tecnologia da Informação das Instituições Financeiras (Ciab) realizado pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban), reforçou-se o discurso da eficiência, destacando que a queda nos juros levaria os bancos a rever seu modelo de negócios. A mudança passará menos pela elevação do crédito e mais pela melhoria dos índices de eficiência, com destaque para o desenvolvimento de novas tecnologias que reduzam custos e permitam refinar a análise de informações dos clientes, de modo a otimizar a oferta de produtos bancários¹⁰.

Finalmente, em evento promovido em outubro de 2012 pelo Banco Central, denominado IV Fórum sobre Inclusão Financeira, a tônica da argumentação empresarial foi a bancarização – inclusão de novos clientes no mercado financeiro – por meio da disseminação dos correspondentes bancários e de novas modalidades de pagamento, como o telefone celular, que deverá funcionar como cartão múltiplo (débito e crédito). Esse seria o novo modelo de atendimento bancário no Brasil, que viria substituir o atual, focado em agências e postos de atendimento que requerem investimentos relativamente elevados em tecnologia, vigilância e pessoal. Esse modelo, no entendimento dos empresários, seria mais adequado ao novo cenário econômico que se desenha para o setor bancário brasileiro.

Considerações Finais

Na última reunião do Comitê de Política Monetária – Copom (17 de abril de 2013), o Comitê voltou a aumentar a taxa Selic, dado o diagnóstico do Banco Central sobre as causas da inflação (inflação de demanda). Trata-se da primeira alta da taxa desde julho de 2011. Entretanto, ainda é cedo para avaliar por quanto tempo será mantido o aperto monetário e em que patamar ele ocorrerá (elevações ligeiras e graduais ou elevações mais fortes da taxa).

⁸ AGORA, O ITAÚ UNIBANCO PRECISA CORTAR. *Revista Época*. Junho de 2011.

⁹ DIEESE. *Pesquisa de Emprego Bancário*. Nº 16. março de 2013.

¹⁰ A MISSÃO DA TI É TORNAR AS INSTITUIÇÕES MAIS EFICIENTES. *Revista Ciab Febraban*. Nº 41, Agosto de 2012.

Se o Copom der prosseguimento à política gradual de redução da Selic, após o ajuste na taxa ocorrido em abril, outro cenário se configurará. O setor bancário, ao que tudo indica, irá passar, nos próximos anos, por uma nova “onda” de ajustes, a exemplo do que ocorreu no final dos anos 80, com a introdução massiva das tecnologias de informação e atendimento e a partir do Plano Real, quando a redução drástica nas taxas de inflação levou os bancos a encontrarem novas fontes de receitas que compensassem a queda de rentabilidade decorrente do fim do *overnight*.

Entretanto, esses ajustes anteriores ocorreram num cenário econômico adverso, marcado pela relativa estagnação econômica e elevado desemprego. O momento atual, a despeito dos baixos patamares de crescimento do PIB verificados nos últimos dois anos, é bastante diferente. A economia brasileira vivenciou um importante processo de inclusão social, propiciado pelo dinamismo do mercado de trabalho, pela política de valorização do salário mínimo, pela elevação do salário real médio e pela ampliação das políticas sociais. Esse contexto favorece, em tese, a atuação das empresas, entre elas, os bancos, que poderão ampliar sua base de clientes e expandir os ganhos com novas modalidades de operações de crédito, entre elas, o crédito imobiliário.

Por outro lado, a forte aversão ao risco do setor financeiro o torna bastante conservador em relação às estratégias de negócios. Por isso, num primeiro momento, a tendência é que os bancos se adaptem ao novo cenário de juros mais baixos, adotando medidas de redução de custos, entre eles, os de pessoal, o que poderá implicar a redução ou estagnação do nível de emprego no setor, que vinha crescendo solidamente nos últimos anos. Nesse sentido, a atuação das entidades sindicais bancárias mostra-se fundamental para que a resposta dos bancos a este novo cenário, que é de suma importância para a continuidade do processo de desenvolvimento socioeconômico do país, possa se traduzir de forma mais intensa em elevação do crédito a baixo custo e de modo a evitar que essa mesma resposta, amparada no discurso de aumento de eficiência, signifique precarização das condições de trabalho, com maior intensidade da jornada de trabalho, demissões de trabalhadores bancários e aumento dos processos de terceirização.

Referências Bibliográficas:

A MISSÃO de TI é tornar as instituições mais eficientes. **Revista Ciab Febraban**, São Paulo, n. 41, Ago. 2012.

AGORA, Itaú Unibanco precisa cortar. **Revista Época**, São Paulo, jun. 2011.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Nota de política monetária e operações de crédito**. Brasília, out. 2012.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Nota de política monetária e operações de crédito**. Brasília, fev. 2013.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de estabilidade financeira**. Brasília, set. 2012.

DIEESE. **Spread e juros bancários**. São Paulo, abr. 2012. (Nota Técnica 109).

DIEESE. **Juros, rentismo e desenvolvimento**. São Paulo, jun. 2012. (Nota Técnica, 111).

DIEESE. **Pesquisa de emprego bancário**. São Paulo, dez. 2012.

HEREDA, Jorge. Acreditar no Brasil é um bom negócio. **Valor Econômico**. São Paulo, 21 ago. 2012.

IDEC. **Enquanto juros caem pouco, tarifas dos serviços compensam ganho dos bancos**. Disponível em: <http://www.idec.org.br/em-acao/em-foco/enquanto-juros-caem-pouco-tarifas-dos-servicos-compensam-ganho-dos-bancos>. Acesso em: 18 dez. 2012.

MERCADO terá de cair na realidade dos juros baixos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, out. 2012. Entrevista com Aldemir Bendine

O fim da era dos juros altos. **Revista Carta Capital**, São Paulo, out. 2012. Entrevista com Luis Carlos Trabuco.

TESOURO NACIONAL. **Relatório mensal da dívida pública federal**. Brasília, nov. 2012.

Rua Aurora, 957 – 1º andar
CEP 05001-900 São Paulo, SP
Telefone (11) 3874-5366 / fax (11) 3874-5394
E-mail: en@dieese.org.br
www.dieese.org.br

Presidente: Antônio de Sousa

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias
Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de
Osasco e Região - SP

Secretária Executiva: Zenaide Honório

APEOESP Sindicato dos Professores do Ensino Oficial
do Estado de São Paulo - SP

Vice Presidente: Alberto Soares da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia
Elétrica de Campinas - SP

Diretor Executivo: Edson Antônio dos Anjos

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias
Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material
Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande
Curitiba - PR

Diretor Executivo: Josinaldo José de Barros

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias
Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de
Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

Diretor Executivo: José Carlos Souza

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia
Elétrica de São Paulo - SP

Diretor Executivo: Luis Carlos de Oliveira

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias
Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São
Paulo Mogi das Cruzes e Região - SP

Diretora Executiva: Mara Luzia Feltes

Sindicato dos Empregados em Empresas de
Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de
Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Diretora Executiva: Maria das Graças de Oliveira

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado
de Pernambuco - PE

Diretora Executiva: Marta Soares dos Santos

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos
Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

**Diretor Executivo: Paulo de Tarso Guedes de Brito
Costa**

Sindicato dos Eletricistas da Bahia - BA

Diretor Executivo: Roberto Alves da Silva

Federação dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e
Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do
Estado de São Paulo - SP

**Diretor Executivo: Ângelo Máximo de Oliveira
Pinho**

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Direção técnica

Clemente Ganz Lúcio – diretor técnico

Ademir Figueiredo – coordenador de estudos e
desenvolvimento

José Silvestre Prado de Oliveira – coordenador de relações
sindicais

Nelson Karam – coordenador de educação

Rosana de Freitas – coordenadora administrativa e financeira

Equipe técnica

Rede Bancários

Alex Leonardi

Bárbara Vallejos Vazquez

Catia Uehara

Felipe Miranda

Fernando Benfica

Gustavo Cavarzan

Pedro Tupinambá

Regina Camargos

Vivian Machado de Oliveira Rodrigues

Revisão Técnica

Airton dos Santos

Eliana Ferreira Elias

Iara Heger (revisão de texto)